

A doutrina chinesa da Ascensão Pacífica: histórico e mudanças recentes

Leonardo Valente (1) e Thiago Cicconha (2)

1- Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), coordenador do Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA/IRID)

2- Graduado em Relações Internacionais pelo IRID/UFRJ

Introdução

Um dos casos mais emblemáticos de antecipação de um país periférico às consequências externas de seu crescimento e do maior protagonismo regional e global, a doutrina chinesa da Ascensão Pacífica foi um dos pilares sustentadores da impressionante e sem precedentes chegada da China ao status de grande potência internacional. Uma habilidosa narrativa em política externa desenvolvida em 2003 por um antigo quadro do Partido Comunista e rapidamente incorporada pelo governo como oficial, com o objetivo de reduzir os receios internacionais sobre eventuais objetivos hegemônicos de Pequim e, com isso, evitar que mais uma vez intervenções externas, diretas ou não, impedissem o desenvolvimento do país. Agora, com a China em clara e complexa disputa com os Estados Unidos pela liderança mundial, tal doutrina apesar de mantida nos discursos oficiais, precisou passar por adaptações práticas que a adequassem a um cenário bem distinto

do início do século XXI. Este trabalho tem como objetivo analisar a Doutrina da Ascensão Pacífica, sua contribuição para o atual protagonismo da China, e também apontar as adaptações adotadas nos últimos anos, frutos do enorme e recente protagonismo chinês em todas as regiões do mundo.

Para isso, analisaremos inicialmente as primeiras reações internacionais, especialmente das grandes potências, ao crescimento chinês a partir das reformas estruturais dos anos 1970, e que resultaram na China em uma enorme apreensão em relação às eventuais investidas externas com o objetivo de neutralizar seu crescimento. Em seguida, contextualizaremos o surgimento e a adoção da Ascensão Pacífica como resposta às reações internacionais e como doutrina norteadora da política externa para, finalmente, tratarmos das adaptações recentes, resultado de um protagonismo internacional alcançado rapidamente e que aumentou a variedade e a complexidade de relações da China com o mundo. Entender a trajetória da

Ascensão Pacífica é, em certa medida, compreender parte importante dos processos e tomadas de decisões que levaram a China à condição de grande potência.

A Teoria da Ameaça Chinesa

O início de uma ascensão, e consequentemente de um maior protagonismo de um Estado com as dimensões estruturais e as potencialidades econômicas da China, jamais passaria despercebido por outras potências. No início do século XXI, o crescimento econômico vertiginoso, não raro de dois dígitos anuais, um impressionante processo de redução da pobreza e de criação de um dos mercados consumidores mais atraentes do mundo, investimentos vultuosos em educação e em produção científica e tecnológica, e uma verdadeira revolução na infraestrutura do país rapidamente converteram a China de um gigante tímido internacionalmente a uma potência em que cada passo, ainda que interno, passou a ter impacto regional e global. Um país em franco desenvolvimento, que passou por profundas mudanças internas, mas sem a identidade, e sem relegar da memória as traumáticas experiências iniciadas na Guerra do Ópio.

No entanto, no mesmo período crescia a ansiedade a percepção de ameaça por *policymakers* e acadêmicos do mundo ocidental, principalmente nos EUA. Temia-se especialmente que a China,

tomada de um ímpeto revanchista, buscasse vingar-se das potências ocidentais pelo desastre provocado durante o Século de Humilhações, e, posteriormente, reestabelecer sua posição preponderante que outrora ocupara (BLOOMFIELD, 2003). Uma dessas ameaças, diz Bloomfield, seria de cunho ideológico nacionalista. A percepção anti China seria de que a grande população sínica nos países vizinhos da China iria servir como pretexto para intervenção e expansão territorial na região. Os teóricos da tese da “Ameaça Chinesa” afirmavam que a hegemonia dos EUA seria incompatível com o crescente nacionalismo destas populações, e assim, os chineses do ultramar passariam a ameaçar a segurança do eixo Ásia-Pacífico ferindo os interesses dos Estados Unidos e favorecendo os interesses chineses na região. Haveria também uma ameaça relativa à economia chinesa e seu acelerado crescimento. Bloomfield (2003) argumenta que, do ponto de vista destes teóricos, o balanço comercial dos Estados Unidos – e até mesmo do restante do mundo – com a China seria cada vez mais deficitário, na medida que os chineses adotassem ações contrárias ao livre-comércio e ao liberalismo econômico, como protecionismo e outras práticas vistas como “desleais”. Além disso, seus produtos artificialmente mais baratos, devido à desvalorização do Yuan, transferências de tecnologia e práticas de substituição de importações, produziram efeitos nefastos na

economia e na indústria dos EUA. E do ponto de vista ambiental, a China se tornaria ainda a grande poluidora do planeta, produzindo quase três vezes mais dióxido de carbono que os Estados Unidos.

Todo este poder adquirido através de uma economia controlada por um poder central – diferente, pelo menos em tese, de uma economia de livre-mercado – poderia ser utilizada como forma de pressão e arma geopolítica pelos chineses, e isso iria contra a posição histórica e estratégica dos EUA de defesa ao liberalismo econômico. Outra ameaça seria de cunho militar, e relacionada ao investimento chinês na modernização de suas forças armadas. O aumento no investimento militar, argumentariam os teóricos da Ameaça Chinesa faria com que uma disputa hegemônica no eixo Ásia-Pacífico se tornasse inevitável (BLOOMFIELD, 2003). Estes teóricos usariam como exemplo a interferência chinesa no Tibet, na Coréia e em Taiwan como justificativa para argumentar que a ascensão da China, certamente, a levaria a almejar uma posição hegemônica. Além disso, a relação entre a China e países vistos como inimigos pelos EUA não seriam bem-vistas, e corroborariam a visão de que a modernização de suas forças armadas seriam parte de um plano para desbancar a hegemonia dos Estados Unidos na região. Este pensamento da ameaça chinesa à hegemonia dos EUA encontra lastro na Teoria da Estabilidade Hegemônica. Charles Kindleberger (1910–2003), um

dos fundadores desta teoria argumenta que um país forte deve assumir o papel de estabilizador na economia global e assegurar a paz mundial (1986). No entanto, tendo em vista a experiência histórica, não raro, países emergem como potências ascendentes e passaram a ameaçar esta liderança. A Teoria da Ameaça Chinesa alçou a China ao provável lugar de potência rival e Pequim, receosa de que o passado de intervenções pudesse se tornar presente e por em xeque o projeto de desenvolvimento, acionou o alerta.

Ascensão Pacífica: uma doutrina preventiva e apaziguadora

Tendo em vista as ansiedades demonstradas com a Teoria da Ameaça Chinesa, e o temor de que ela pudesse ameaçar o projeto de desenvolvimento em curso, os chineses passaram a pensar em respostas que pudessem contrapor estas afirmações e de alguma forma neutralizar eventuais investidas externas, das mais diferentes naturezas, contra o país. Em 2003, o pensador chinês Zheng Bijian, criou um conceito como contraponto a esta percepção de ameaça, que ficou conhecido como Ascensão Pacífica da China. Nele continha um apanhado de diretrizes que buscavam abranger as tendências do desenvolvimento chinês na era pós-Mao, e ao mesmo tempo expor ao restante do mundo as intenções chinesas acerca de sua ascensão no Sistema Internacional. Diante do

impacto interno do Partido Comunista e externo, não tardou para o conceito se tornar doutrina oficial. Durante o governo de Hu Jintao, o termo ganhou maior densidade e amplitude, e foi oficialmente incorporado à política externa chinesa.

Na época, a política externa chinesa se fazia cada vez mais presente no Leste Asiático, um revés do isolamento realizado durante o governo de Deng Xiaoping, e esta ressurgência foi um dos pontos de maior desconfiança externa (GLASER & MEDEIROS, 2007). O entorno chinês, que já fora parte de um grande Sistema Sinocêntrico, havia, em grande parte, rompido com esta realidade, além de ainda ter lutado sangrentas guerras de descolonização contra as potências europeias. Assim, após o Massacre da Praça da Paz Celestial a Terceira Crise do Estreito de Taiwan, há uma mudança na política externa chinesa na direção da cooperação com seus vizinhos. Isso acaba resultando em uma percepção positiva quanto a participação da China na política regional por parte destes países. Entretanto, do ponto de vista do Ocidente, principalmente dos EUA, a percepção de ameaça quanto ao crescimento chinês foi elevada. Se desconfiava que a China se tornaria uma potência revisionista, questionando a dominância dos EUA no Leste da Ásia, nos mesmos moldes do Japão Imperial durante a Segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista as reservas do Ocidente quanto à ascensão chinesa,

Zheng Bijian (2005-b) identificou três tendências que resultaram no crescimento chinês do início do século XXI. A primeira é datada do final dos anos 1970, quando os chineses teriam aproveitado o momento em que uma nova onda de globalização e revolução tecnológica despontavam, fazendo com que oportunidades de desenvolvimento econômico fossem aproveitadas. A segunda tendência era a do desenvolvimento independente. Ele se referia ao desenvolvimento do mercado interno, investimentos, inovações, melhoria de qualidade de vida dos cidadãos chineses e resolução de seus problemas ambientais pelo avanço tecnológico e científico. A terceira tendência se centrava no apoio à paz e na rejeição veemente da busca pela hegemonia. A busca era por um caminho de desenvolvimento que pudesse salvaguardar a paz mundial. Para isso, lança três princípios estratégicos cruciais (ZHENG, 2005–b): (i) avançar nas reformas econômicas e políticas, visando o estabelecimento de uma economia de mercado socialista e democracia socialista; (ii) aproveitar os frutos de toda civilização humana para promover apoio cultural à ascensão pacífica chinesa; (iii) criar um ambiente social propício, equilibrando o desenvolvimento de diferentes setores a fim de promover um desenvolvimento coordenado entre as áreas urbanas e rurais, diferentes regiões, a sociedade e a economia, e entre o homem e a natureza. Estes princípios estariam lastreados na premissa de que aproximadamente

1,3 bilhão de chineses habitavam o país naquele momento, e quaisquer dificuldades sociais ou econômicas, quando confrontadas com tal magnitude populacional, se tornaria um grande problema. E quaisquer fossem os ganhos absolutos – ainda que fossem muito expressivos –, quando divididos por tal número, representariam ganhos modestos. Os chineses, portanto, se comprometeriam em uma integração cada vez maior com o restante do mundo, fazendo com que o desenvolvimento, resultante desta integração, elevasse o padrão de vida do chinês médio até o meio do século XXI. Tudo isso sem que a China desestabilizasse a ordem mundial ou oprimisse quaisquer de seus vizinhos (GLASER & MEDEIROS, 2007).

Zheng Bijian defendia ainda que a ascensão da China traria oportunidades, e não riscos, à segurança do Leste da Ásia, sendo que a ascensão chinesa seria parte de uma ascensão de todo o Leste-Asiático. No plano global, a aposta seria na ênfase do multilateralismo como forma de aumentar seu protagonismo perante o resto do mundo (VALENTE & ALBUQUERQUE, 2015), sem implementações de políticas e estratégias tradicionais de ampliação de poder. Este movimento duraria, segundo a própria doutrina, do final de 1978 ao meio do século XXI – aproximadamente 70 anos –, sendo este projeto iniciado por Deng Xiaoping e continuado por Jiang Zemin e Hu

Jintao. A ideia seria evitar os erros cometidos pela União Soviética, e que teriam resultado em sua fragmentação e subsequente desintegração. A China, e sua memória dos tempos de caos e divisão interna, deveria aprender com os erros do antigo gigante comunista. Assim, a aposta em um aprofundamento da integração econômica com o restante do mundo foi feita, ao contrário do isolamento promovido no antigo bloco soviético.

A narrativa da nova doutrina foi notável por indicar a primeira posição oficial do governo da China referente ao reconhecimento do protagonismo chinês no mundo (VALENTE & ALBUQUERQUE, 2015). A China mostrava ao resto do planeta seu interesse em uma postura de zelo em relação à paz e de promoção do desenvolvimento econômico mundial, e um cuidado extremo, naquele momento, na manutenção das estruturas de poder no sistema internacional. Estes indicativos demonstravam a tendência do que estava por vir, e do que esperar da China como grande potência. Segundo Glaser e Medeiros (2007), para compreender o motivo do discurso da Ascensão Pacífica ter sido incorporado tão rapidamente pelo discurso oficial do governo chinês, é necessário observar aquele que o desenvolveu. Zheng Bijian havia sido um teórico político influente dentro do partido, que participou ativamente da política chinesa como conselheiro de Deng, inclusive escrevendo discursos de sua

Viagem ao Sul, em 1992. Assim, apesar de ter se afastado do governo em 2002, manteve sua credibilidade na alta cúpula do Partido Comunista.

No final de 2003, Hu Jintao apoiou publicamente a ideia de Ascensão Pacífica da China, que estaria de acordo com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. A teoria desta nova doutrina de política externa da China, que ainda estava em desenvolvimento, levantava questões sobre seu teor e objetivos. Assim, em 2004, durante uma entrevista, o então premier Wen Jiabao afirmou, em tradução livre:

“(...) deixe-me dizer que a China tem uma história de cinco mil anos. Tivemos um passado glorioso, mas também sofremos humilhações e subjugação. A ascensão da China e seu rejuvenescimento são os sonhos do povo chinês há muitas gerações. Quais são as conotações da ascensão pacífica da China? Deixe-me fazer os seguintes pontos. (i) Em primeiro lugar, ao promover a ascensão pacífica da China, devemos aproveitar ao máximo a excelente oportunidade da paz mundial para nos esforçarmos para nos desenvolver e fortalecer e, ao mesmo tempo, salvaguardar a paz mundial com nosso próprio desenvolvimento. (ii) Em segundo lugar, a ascensão da China só pode se basear em nossa própria força e em nossos esforços independentes, autossuficientes e árduos. Também deve basear-se no amplo mercado chinês, nos abundantes recursos humanos e reservas de capital, bem como na inovação de

nossos sistemas como resultado da reforma. (iii) Em terceiro lugar, a ascensão chinesa não poderia ser alcançada sem o restante do mundo. Devemos sempre manter a política de abertura e desenvolver intercâmbios econômicos e comerciais com todos os países amigos com bases na igualdade e no benefício mútuo. (iv) Em quarto lugar, a ascensão da China exigirá um longo período de tempo e provavelmente o trabalho árduo de muitas gerações de chineses. (v) Em quinto lugar, a ascensão da China não atrapalhará nenhum outro país ou representará uma ameaça para qualquer outro país, nem será alcançada às custas de qualquer nação em particular. A China não busca a hegemonia agora. Tampouco buscaremos a hegemonia mesmo depois que a China se tornar mais poderosa.”

Estes cinco pontos, em congruência com o que havia sido dito anteriormente, destacam o interesse chinês pela cooperação com o restante do mundo. É, em alguma medida, similar com a postura chinesa histórica, de evitar atritos e priorizar a paz com seus vizinhos.

Apesar de ter sido adotada oficialmente pelo governo, a Doutrina da Ascensão Pacífica logo começou a apresentar certas dificuldades. O problema não era o conceito, mas sim sua denominação. A palavra “Ascensão” apresentava problemas. Uma justificativa está no contexto histórico deste termo na literatura especializada de disciplinas

acadêmicas, como Relações Internacionais e História. “Ascensão”, ou “Ascendente” são termos utilizados para adjetivar e descrever potências que almejam desafiar a ordem vigente. É utilizado para descrever a França Napoleônica, Alemanha Imperial e Nazista e Japão Imperial, entre outros. Em 2004, se aprofunda o estudo desta teoria no Politburo. Nesta reunião, líderes de alto escalão decidiram continuar o desenvolvimento e propagação da teoria da Ascensão Pacífica na esfera acadêmica, mas não mais chamá-la desta forma em documentos e comunicados oficiais do governo (GLASER & MEDEIROS, 2007).

Zheng Bijian (2005–a), para evitar problemas com o termo ascensão, publicou um artigo na revista *Foreign Affairs*, em que afirmava que:

“a China não seguirá o caminho da Alemanha (Imperial) que levou à Primeira Guerra Mundial ou aqueles de Alemanha (Nazista) e Japão (Imperial) que resultaram na Segunda Guerra Mundial, quando estes países saquearam recursos violentamente e buscaram hegemonia.”

Enquanto isso, no discurso oficial do governo chinês, para tentar desvincular assertividade e a carga negativa que trazia o termo conservando suas ideias originais, preferiu-se mudar o nome para “Desenvolvimento Pacífico da China”. Assim, Pequim reafirmaria sua posição de potência que, ao contrário daquelas que haviam causado graves turbulências no passado, não possuiria intenção de causar instabilidade no

Sistema Internacional, corroborando para uma profundamente enraizada crença de excepcionalidade presente na sociedade chinesa (VAZ-PINTO, 2014).

No final de 2005, o Escritório de Informação do governo publicou um esperado White Paper que descrevia mais detalhes sobre a doutrina. O documento traçava estratégias para o século XXI, e embora tenha evitado o termo “Ascensão Pacífica”, utilizou de suas concepções para a construção desta grande estratégia. A publicação possui 5 partes: “(i) O Desenvolvimento Pacífico é o Caminho Inevitável para a Modernização da China; (ii) Promovendo a Paz e o Desenvolvimento Mundiais com o Crescimento Próprio da China; (iii) Desenvolvimento Confiando em sua Própria Força, Reforma e Inovação; (iv) Buscando Benefício Mútuo e Desenvolvimento Comum com Outros Países; (v) Construindo um Mundo Harmonioso de Paz Sustentada e Prosperidade Comum”.

O conteúdo do White Paper, assim como todo o discurso da Ascensão Pacífica, está lastreado na História e em conceitos filosóficos chineses (KISSINGER, 2011, p. 480). Isso denota uma percepção, por parte do governo e especialmente dos órgãos de política externa chinesa, enraizada na identidade cultural da China e se propondo a construir uma interpretação estritamente chinesa dos assuntos internacionais. Uma forte visão excepcionalista é encontrada no documento. A linguagem utilizada

encontra raízes na filosofia confucionista, como o termo Grande Harmonia. Este termo em especial corresponde a uma visão utópica do Tianxia, em que toda a humanidade viveria sob o signo da boa administração e virtude de pessoas capazes de governar, e as relações interpessoais seriam harmoniosas e perfeitas. De acordo com esta visão, o retorno da China ao protagonismo que antes tivera, seria indissolúvelmente ligado à harmonia universal, quase como um fato inevitável. A China, segundo esta visão, irá ascender. E esta ascensão, respeitando a filosofia por trás da Grande Harmonia, seria vinculada à paz e à virtude. Assim como a ascensão da China poderia influenciar as relações internacionais a se tornarem mais “benevolentes”. Isso representaria uma visão alternativa à percepção de que tais relações podem somente ser interpretadas através da força, colocando também a moralidade nesta equação. O desenvolvimento da China poderia, segundo Yan (2001), “ajudar a tornar o mundo mais civilizado”.

As críticas à doutrina e as mudanças posteriores

Os questionamentos acerca da Doutrina foram amplamente discutidos por pesquisadores e analistas de dentro e fora da China. A teoria, no entanto, era considerada excessivamente simplista por parte da comunidade acadêmica chinesa (VALENTE & ALBUQUERQUE, 2015).

Desde o Colapso da URSS, a China vinha sendo apontada como uma possível nova superpotência por analistas e pela imprensa internacional (YAN, 2001), e este fato levantava dúvidas acerca da natureza das intenções chinesas no plano internacional.

Sob os olhos da China esta nova ascensão é, na verdade, uma reemergência ao patamar em que o Império do Meio estivera no decorrer da maior parte de sua história. É um retorno à posição de destaque global de toda a Ásia, mas encabeçado pela China, país que voltaria a ser líder na região. Porém, sob o ponto de vista chinês, a adoção de uma política externa moderada reflete a percepção de que a China não atingirá o status de grande potência no futuro próximo, e os planos de longa duração visariam chegar a este objetivo apenas em um futuro mais distante (YAN, 2001). No entanto, uma crítica feita internamente, se basearia na crença de que o forte viés pacifista que se encontra no discurso da Ascensão Pacífica poderia enfraquecer a iniciativa chinesa em deter uma possível tentativa de independência da ilha de Taiwan, ou ainda uma incursão japonesa sobre as ilhas Diaoyu, nas quais há disputa territorial entre os países. A China deveria evitar a impressão de que uma tentativa de separação pudesse ser tolerada, já que a China não abriria mão de sua soberania sobre a ilha e não poderia abrir mão do uso da força para defender seus interesses em Taiwan.

Além disso, a reunificação de Taiwan com o restante do continente poderia não ser possível por meios pacíficos (GLASER & MEDEIROS, 2007). Outro problema a ser apontado é o da possibilidade de uma ascensão que seja de fato pacífica. Como citado anteriormente, Zheng Bijian (2005–a) reitera em seu artigo à *Foreign Affairs* que a China não seguirá o caminho trilhado por potências ascendentes do passado. Entretanto, uma ascensão de forma pacífica nunca teria ocorrido na história, e mesmo os Estados Unidos teriam chegado e mantido sua posição hegemônica no Sistema através da guerra. Assim, ainda que fosse tentado tal feito, a percepção de ameaça decorrente do desenvolvimento econômico e fortalecimento militar chinês poderia levar à crença de que a contenção da China seria necessária pelos EUA e seus aliados (GLASER & MEDEIROS, 2007). Mesmo na China, em que há a percepção de excepcionalidade que faria com que o país fosse capaz de realizar uma ascensão pacífica (VAZ-PINTO, 2014), há a percepção de que os EUA e aliados já atuam no rebalanceamento do Pacífico, e este fato lança atenção para tal argumento. A possibilidade de a China ascender pacificamente é também discutida por alguns autores ocidentais. Autores como Buzan (2010), argumentam que é possível uma ascensão pacífica, embora seja difícil sua realização. Para realizar tal feito, os chineses deveriam apresentar sua visão sistêmica para o mundo e fazer com que o restante de seus

componentes aceitasse seus preceitos. Tensões, argumenta Buzan, seriam inevitáveis, mas elas não podem ser incompatíveis com a Ascensão Pacífica. Além disso, uma grande discussão interna seria necessária, com debates sobre (i) sua identidade nacional, (ii) sua sociedade e (iii) uma estratégia para reconciliação com o Japão, devido aos problemas históricos entre os dois Estados, que atingiram seu pico durante a Segunda Guerra Mundial.

Já autores como Mearsheimer (2010), argumentam que a ascensão da China não pode acontecer pacificamente. O crescimento da força militar chinesa, que acarretaria em um aumento na capacidade de projeção, levaria a um escalada de tensões. Não por culpa dos chineses ou dos americanos, mas pela própria natureza da ascensão e seus impactos. Os EUA não se disporiam a perder sua posição na região; assim como os chineses, fortalecidos e prestigiados, não aceitariam uma posição secundária. Assim, uma disputa hegemônica na região do Ásia-Pacífico poderia se tornar inevitável, e as consequências seriam imprevisíveis. Na contramão, existem autores liberais, como Ikenberry (2008), que acreditam que a China pode ascender pacificamente sem necessariamente desafiar ou destruir a Ordem Liberal. O autor cita o exemplo do Japão pós-Segunda Guerra Mundial, que mesmo crescendo de maneira acelerada, não desafiou a Ordem liderada pelos EUA. Tanto a Ordem Liberal como a economia capitalista de livre mercado teriam

feito com que o Japão se acomodasse em tal sistema. Da mesma forma poderia ocorrer com a China. Apesar do sistema político chinês, que a faria predisposta ao conflito, os chineses já teriam descoberto os grandes benefícios que viriam ao operar em um sistema capitalista de livre mercado. Além disso, devido à grande agregação de democracias liberais, ainda que a China se tornasse – considerando sua posição como um sistema autocrático – mais poderosa que o atual potência hegemônica, ainda não possuiria mais poder que a soma de forças de uma Ordem Liberal unida. Deste modo, haveria a oportunidade de incluir a China nas instituições e nas normas típicas desta Ordem, o que faria com que a ascensão da China fosse acomodada pela mesma. Assim, os Estados Unidos, como líderes desta Ordem, deveriam abrir as portas para a China e recebê-los, incentivando a adesão às suas práticas, a fim de incluí-la por completo.

Internamente, no entanto, haveria o argumento de que a Ascensão Pacífica poderia reter o desenvolvimento e modernização militar do Exército de Libertação Popular, limitando a capacidade chinesa de reagir a uma agressão externa (GLASER & MEDEIROS, 2007).

Do ponto de vista liberal, influenciada pela filosofia kantiana, democracias seriam mais propensas à paz, partindo do pressuposto de que a natureza humana tenderia a preferir a paz ao invés da guerra. Este argumento está ligado com o

argumento da capacidade de empenhar uma iniciativa para a reunificação com Taiwan e defender suas aspirações territoriais no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China. Sem o lastro de um exército forte, tais reivindicações seriam enfraquecidas, e a legitimidade do território chinês poderia ser comprometida, levando ao aumento de conflitos separatistas no próprio interior do território da China Continental. Além disso, do ponto de vista de seus vizinhos, a mera afirmação de que a China não buscará hegemonia é insuficiente. Já que, em caso de incompatibilidade, ao serem confrontados, os interesses da China e de seus vizinhos poderiam pender ao lado mais poderoso. Isso poderia deixar os chineses sem saída, a não ser investir em sua capacitação militar. De fato, segundo um relatório do SIPRI (2021), mesmo no período do lançamento da Teoria da Ascensão Pacífica a RPC aumentou constantemente os gastos militares, sendo sempre, desde 1994, um valor superior ao do ano anterior.

As Mudanças na postura da política externa chinesa

Em meio ao intenso debate interno e questionamentos externos sobre os rumos da China no Sistema Internacional, a política externa chinesa apresentou mudanças nos anos posteriores ao lançamento da Doutrina. Um marco de extrema importância nestes anos foi a

Olimpíada de 2008 em Beijing. Em 08 de agosto acontecia a cerimônia de abertura das Olimpíadas de Verão de 2008. Segundo Chen, Colapinto e Luo (2012), a cerimônia de abertura mostra uma imagem cuidadosamente trabalhada da China. Esta imagem foca em elementos da cultura chinesa como a “Harmonia”. A Harmonia é um conceito da filosofia confucionista trabalhado anteriormente, e que teria como consequência a Unidade de toda a espécie humana sob o signo de um espírito fraternal. Neste contexto, a ideia de “Unidade” possui dois sentidos. É tanto uma fraternidade entre toda a raça humana, como também diz respeito, ainda que sutilmente, à unidade do Estado Chinês, já que um Estado unitário estaria em harmonia. Esta unidade é simbolizada por 56 crianças, que representam os 56 grupos étnicos reconhecidos pela RPC, carregando a bandeira da China para o hasteamento no início da cerimônia. Houve ainda uma representação da Grande Muralha da China se transformando em um campo de flores de pêssego, que simbolizam a abertura chinesa para o restante do mundo. É mostrada também o potencial de inovação que possui a civilização chinesa, não só com as grandes invenções do passado, mas com a tecnologia moderna. Assim, os chineses se mostram para o mundo como um povo que contribuiu para o desenvolvimento de toda humanidade, que apresentou ao mundo algumas das maiores e mais fundamentais invenções para que a humanidade

pudesse chegar ao estágio atual de desenvolvimento e bem-estar.

A cerimônia de abertura dos Jogos, podem ser interpretados como um marco da mudança de patamar da China, não apenas pelo simbolismo e pela linguagem adotada pelas cerimônias, mas também por ser um grande evento acompanhado por todo o planeta. A China se apresentou ao mundo como um país que chegava ao status de grande potência, e, mais do que isso, um país comprometido com o desenvolvimento de toda a humanidade. A cerimônia acontece justamente quando a Crise Econômica de 2007 e 2008 afetava as economias do mundo, aumentando a percepção de contraste com o sucesso econômico da China. Este evento, portanto, pode ser visto como uma cerimônia triunfal que coroava o país asiático como uma grande potência, impossível de ser ignorada (KISSINGER, 2011, p. 481–2). A China, cada vez mais, se apresentava como nova grande potência no Sistema Internacional. Seja por elementos concretos, como seu crescimento econômico e expansão militar, ou por meio de Soft Power, como foi o caso dos Jogos Olímpicos de 2008. Mas ao mesmo tempo que se mostrava desta forma ao mundo, a política externa chinesa passava a adaptar os preceitos da Ascensão Pacífica para uma Doutrina de política externa que se tornava cada vez mais assertiva. Um ponto que comprova uma mudança de postura da política externa da China é seu comportamento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde

sua entrada, em 1971, a China havia vetado isoladamente apenas resoluções. A primeira em 1972, sobre a admissão de Bangladesh como país-membro da ONU. O segundo em 1997, sobre assuntos referentes à Guatemala. O terceiro em 1999, sobre assuntos referentes à Macedônia.

O primeiro veto se devia ao fato de o Paquistão ser aliado da China, além da percepção negativa por parte dos chineses de movimentos separatistas, questão sensível para política interna chinesa. O segundo estava relacionado à questão de Taiwan, já que a Guatemala reconhecia o governo da ilha como legítimo representante do governo da China. O terceiro veto demonstra uma indisposição da China em participar de intervenções multilaterais lideradas pelas potências ocidentais (VALENTE & ALBUQUERQUE, 2015). As duas primeiras estão diretamente relacionadas à soberania chinesa, enquanto a última funciona como um prelúdio dos vetos subsequentes, que começariam apenas oito anos depois.

Na época referida oficialmente como “Antiga República Iugoslava da Macedônia”, até a alteração de nome para “Macedônia do Norte”, em 2018. Em 2007 a China volta a vetar uma resolução do Conselho de Segurança. No entanto, se no século XX a China vetou somente três resoluções, nos vinte primeiros anos do novo século os chineses vetaram treze resoluções, todas em conjunto com a Rússia. É notável a reaproximação entre China e Rússia a atuação coordenada no CSNU,

com o objetivo de diminuir o grau de intervenção dos EUA no mundo (VALENTE & ALBUQUERQUE, 2015). Os cinco primeiros, de 2007 a 2012 indicam uma ação conjunta entre China e Rússia para bloquear as ações intervencionistas dos EUA e seus aliados no mundo e estabelecer um equilíbrio de poder no CSNU. O nível de cooperação entre os dois países aumentava desde o fim da Guerra Fria, mas tornou-se ação coordenada no plano das Nações Unidas somente em 2007, com o primeiro veto em conjunto. A cooperação entre os dois antigos rivais deu espaço para a cooperação econômica, e, posteriormente, geopolítica com a formação de um Concerto Asiático (VALENTE & ALBUQUERQUE, 2015). O interesse destes dois Estados era de contrapor a hegemonia dos EUA no continente asiático, contendo seu principal aliado na região, o Japão, e também da África. Este interesse fica claro ao analisar os vetos de 2007 a 2012, um deles em Myanmar, um no Zimbábue e três na Síria. A ação chinesa – em conjunto com a Rússia – encontra suas bases nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, em que o respeito pela integridade e soberania nacional e a não interferência nos assuntos internos de outros Estados são pontos fundamentais. Além disso, estes bloqueios encontram na história outros fundamentos. Os chineses antigos agiam sob o princípio de não-intervenção em assuntos bárbaros, e agora usa de suas ferramentas para

bloquear a ação de potências estrangeiras nestes mesmos assuntos. Estes preceitos não valeriam apenas para a China, mas para todos os outros Estados do Sistema Internacional. É possível notar que essa interpretação, calcada em sua própria história, começa a tomar contornos universalistas. Ou seja, a China começa a interpretar o mundo a partir de sua própria ótica (YAN, 2001). Assim, pode-se dizer que o desejo chinês de tornar sua cultura e sua percepção dos assuntos externos conhecida pelo restante do mundo e, em certa medida, remodelar as relações internacionais pode ser compreendido como um projeto de contraposição aos EUA.

A expansão da influência chinesa a nível global torna-se perceptível já nos anos 2000, principalmente após à Crise de 2008. Não somente na Ásia, mas também na África e na América Latina, a China passa a figurar como grande parceiro econômico de diversos países nestas regiões. Os chineses começam a promover diversas iniciativas para promover o diálogo e eles 41 Todos os dados referentes às resoluções estão disponíveis nos arquivos da ONU. econômicos ao redor do mundo. A China vinha, desde o início do milênio, de um movimento de aprofundamento das relações com os países da periferia do Sistema, com o objetivo de conseguir acesso a matérias-primas para assegurar seu crescimento contínuo (KISSINGER, 2011, p. 471). Já no início dos anos 2000 os chineses

investem na promoção de projetos de infraestrutura nos países em desenvolvimento, aprofundando a cooperação com o Sul Global e estabelecendo fóruns para o diálogo, assim, utilizando desta influência para conseguir acesso aos recursos necessários para seu próprio desenvolvimento (VIEIRA, 2019). Além disso, os chineses estabelecem ainda toda uma estrutura voltada para a ajuda econômica e para o fomento do desenvolvimento no Sul Global, com empréstimos sem exigências de mudanças em políticas internas dos Estados negociantes. Assim a China se apresentar ao mundo em desenvolvimento como uma alternativa aos já estabelecidos FMI e Banco Mundial (VADELL, RAMOS & NEVES, 2014). A China já começava a despontar como segunda força do mundo neste período, mas ainda com uma grande disparidade de poder em relação aos EUA. A tendência, no entanto, se previa, é que essa disparidade encolhesse durante o passar dos anos. Já era conhecido o fato de que o crescimento econômico chinês continuaria a ser superior ao dos EUA, e se tornaria cada vez mais poderosa nas décadas seguintes (YAN, 2006). Diante deste fato, a Ascensão Pacífica passa por diversas transformações enriquecedoras neste período. Mas dizia mais respeito ao presente e à situação em que a China se encontrava naquele momento, do que propriamente do futuro. Apesar de descrever ideias como a de que a China “não buscará hegemonia”, ou de que

“contribuirá para o desenvolvimento e para a paz”, a ideia foi formulada com o intuito de apresentar uma China sem intenção de ameaçar o restante do planeta como fizeram outras potências no passado. Assim, o destino da Teoria da Ascensão Pacífica foi transicional (BUZAN, 2010), e entra em uma encruzilhada. Ou prevaleceria uma visão mais ativa e assertiva, ou os preceitos da Teoria seriam reafirmados (KISSINGER, 2011, p. 483–92). No primeiro caso, seria necessário que a China consolidasse suas conquistas, alcançadas desde a abertura, e fortalecesse suas reivindicações de poder até alcançar o status de superpotência (KISSINGER, 2011, p. 484). Nesta visão, o Ocidente continuaria sendo uma ameaça, que impediria a China de ascender pacificamente. Kissinger (2011, p. 485) chama atenção para dois livros de cunho nacionalista lançados na China e que contêm esta tese. Um deles é o “Sonho Chinês”, escrito pelo Coronel do ELP Liu Mingfu. Segundo Christopher R. Hughes (2010) esta é uma obra que reforça o coro de que a China deveria fortalecer seu exército e reavivar seu “espírito militarista”, buscando na história, exemplos de força e superação de períodos de fragmentação. Liu, diz Kissinger (2011, p. 486), afirmaria que a ascensão chinesa lideraria uma ascensão de toda a Ásia, e a cultura e os valores da China seriam difundidos por toda a humanidade. A China, no entanto, se absteria de uma hegemonia e atuaria como primus inter pares junto aos

outros Estados, ou seja, atuaria como “irmão mais velho”. Percebe-se aqui uma memória do Sistema Sinocêntrico existente no passado, em que havia uma relação de desigualdade entre a China (centro do mundo) e os Estados que a orbitavam (seus vassallos). A “grande meta” descrita no livro seria sobre a possibilidade da China tomar o lugar dos Estados Unidos como principal potência do mundo. Liu, criticaria a ortodoxia da Doutrina da Ascensão Pacífica, já que apenas as virtudes chinesas não seriam capazes de assegurar tal liderança da China. Assim seriam necessárias tanto uma “ascensão econômica” como “ascensão militar”, sendo que as forças militares fortes seriam essenciais para garantir a segurança nacional chinesa, alcançar a unificação com Taiwan e assegurar a paz mundial. Já no segundo caso, há a reafirmação da Teoria da Ascensão Pacífica. Em um discurso, o Conselheiro de Estado Dai Bingguo (2010) reafirma o compromisso chinês com a Doutrina, repelindo a hipótese de que a China estaria apenas ganhando tempo e escondendo seus reais interesses. O interesse chinês continuaria sendo a paz, a cooperação e o desenvolvimento. Dai (2010) reafirma ainda que a China não possui pretensões hegemônicas, e lembra que a oposição à hegemonia está escrita na Constituição da RPC. Diz ainda que o poder e a influência teriam como objetivo alcançar uma sociedade harmoniosa e um mundo exterior harmonioso. Dai (2010), no entanto, argumenta que caminho de

desenvolvimento é resultado do sistema político do país. O Desenvolvimento Pacífico seria intrínseco ao Sistema Socialista com Características Chinesas, que almejaria justiça social, prosperidade, desenvolvimento nacional e paz mundial. Mas que seria oposto ao Capitalismo, inerentemente ganancioso, violento e sanguinário, e que teria determinado a ascensão das potências do Ocidente. A crítica revela que a memória da humilhação ainda está presente, mas percebe-se que, sob a ótica da China, seu modelo é diferente e superior ao que a levou à ruína. Esta crítica mostra que a crecha de que a China pode contribuir para o desenvolvimento do mundo de uma maneira diferente à que foi mencionada, encontra lastro no alto escalão do governo chinês.

Já do ponto de vista econômico, a China e os EUA se tornavam cada vez mais interdependentes que o termo “Chimerica” foi criado para a descrever (FERGUSON & SCHULARICK, 2009). A interdependência entre os dois se baseava nas grandes quantidades de exportações chinesas e no grande volume de consumo dos EUA, como em uma relação simbiótica. Além disso, outra iniciativa do interesse econômico e do desenvolvimento técnicocientífico chinês foi o chamado “Go Global45”. Nesta iniciativa, os chineses saíam ao exterior em busca de investimento e de transferência tecnológica, e alguns de seus objetivos foram melhorar a qualidade de seus produtos,

diversificar sua produção e fazer com que as marcas chinesas se tornassem conhecidas no mundo. Neste processo houve a compra de diversas marcas antes de outros países, e isso acabou possibilitando o acesso a tecnologias antes desconhecidas pelos chineses.

Comentários finais

Todos os processos que se deram durante os anos 2000 levaram a China a um novo estágio já no início da década seguinte. Em 2010 a China já havia ultrapassado o Japão e se tornava a segunda economia do mundo, e seu PIB, segundo o FMI, aumentava em cerca de 1 trilhão de Dólares Americanos por ano entre 2006 e 2015. A China já era a potência mais forte a emergir no Sistema desde o final da Guerra Fria, uma potência não-ocidental, asiática e ideologicamente distante do status quo americano. Assim, em 2006, Yan afirmava que, se focada no Leste da Ásia, a China modelará uma configuração internacional favorável a si, e que políticas ativas possibilitarão a ascensão da China em décadas, e não séculos. No entanto, estas “políticas ativas” poderiam causar instabilidade no Sistema, elevando os riscos de segurança em todo o mundo. Desta forma, já nos primeiros anos da década de 2010, o discurso da Ascensão Pacífica volta a levantar questionamentos, já que parecia fazer cada vez menos sentido. No ano de 2013 é eleito o novo presidente Xi Jinping (1953–), sucedendo Hu Jintao.

Xi recorda os anos de humilhação e os sofrimentos chineses desde a Guerra do Ópio, e reafirma os benefícios das reformas e abertura econômica, implementadas desde Deng, colocando-as como o ponto de partida para a revitalização (2014, p. 41). Tal revigoramento seria o sonho de toda a sociedade chinesa, objetivo da China desde o Século de Humilhações, e consistiria na construção de um “país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso (XI, 2014, p. 67)”, e beneficiaria não só a China, como todo o mundo.

Se tratando de economia, a China de Xi estaria cada vez mais aberta para o resto do mundo, e reafirma a construção de uma economia de mercado socialista, citando a entrada na OMC e fazendo oposição ao protecionismo (XI, 2014, p. 138–40). A concretização da “grande revitalização da nação” seria também feita com uma faceta ideológica, visando a promoção de uma “cultura avançada socialista” e seu “grande desenvolvimento” e “grande prosperidade” (XI, 2014, p. 194). Isso se daria com o aumento do soft power cultural chinês, e com um reforço à educação ideológica e moral, que seria o elo entre as virtudes tradicionais e os valores do socialismo com características chinesas (XI, 2014, p. 195–6).

Em seu livro, Xi faz um discurso de um líder que coloca seu país em vias de se tornar uma superpotência. Prepara, em suas palavras, uma

“grande revitalização da nação chinesa”. A palavra “revitalização”, ou “revigoramento”, possui o prefixo “re-”, que possui conotação de retorno, de repetição. “Revitalização” é tornar de novo vitalizado, “revigoramento” é tornar vigoroso o que fora outrora. É possível perceber que se faz um discurso em referência a um retorno aos dias de glória chineses, em que o país asiático ocupava posição preponderante no Sistema Asiático. A China age de forma linear, sutil e cautelosa durante sua história. Como abordado anteriormente, vê a si mesma a seu potencial de uma perspectiva histórica milenar. Os anos de humilhação são vistos pelos chineses como uma época atípica na história humana, e seu retorno à posição de destaque é um retorno à normalidade. Assim, com a estratégia de enfatizar o multilateralismo, os chineses lançam várias estratégias globais de desenvolvimento econômico e infraestrutura. Uma delas, a “One Belt One Road”, lançada já em 2013, evoca a histórica Rota da Seda, que florescia nos tempos de glória da China Imperial. É possível perceber que a RPC pretende estabelecer uma analogia entre si e o Império da antiguidade, que era destino de mercadores de todo o mundo, e se ligava, por meio da Rota da Seda, aos locais mais longínquos do mundo conhecido, o que incluía a Europa e a África.

Desta forma, Nova Rota da Seda pode ser entendida como uma das partes de um grande projeto de restauração da antiga posição de

prestígio que a China ocupara no decorrer de sua história. O objetivo seria reconectar e aprofundar a integração da economia chinesa com a África e Europa em uma estratégia de benefício mútuo entre a China e os países que participam da iniciativa. É possível perceber que tal estratégia está em sintonia com àquela apresentada pela Teoria da Ascensão Pacífica. Mas ainda que a China viesse tais ideias, para reocupar esta posição de destaque e levar a China ao status de superpotência, um grande plano, que envolvesse as forças armadas, seria necessário. Segundo o SIPRI (2021), os investimentos neste setor cresceram desde o início da década de 2010, e, em 2021 os chineses já ocupavam a segunda posição entre os países com maiores gastos militares do mundo, atrás apenas dos EUA. Sob o comando de Xi, a revitalização da China só seria possível com o fortalecimento das forças armadas, e para atingir este objetivo, as forças armadas precisariam estar preparadas para enfrentar e vencer batalhas reais (XI, 2014, p. 264–6). Se tratando de política externa, Xi Jinping reafirma o caminho do Desenvolvimento Pacífico. Xi (2014), afirma que a nação chinesa ama a paz, e que a paz é “(...) uma conclusão inevitável obtida pelo povo chinês dos sofrimentos vividos desde o início da época moderna (p. 299)”. O líder chinês reafirma também uma posição intransigente em relação ao cumprimento dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, e de nunca buscar a hegemonia ou praticar o

expansionismo, e que “sem a paz, nem a China nem o resto do mundo poderá desenvolver-se de maneira feliz (p. 300)”. Entretanto, o presidente afirma que “ao seguir com perseverança o caminho do desenvolvimento pacífico, não desistimos, de jeito nenhum, de nossos direitos e interesses legítimos, nem sacrificamos os interesses vitais do país (p. 301)”. Esta última afirmação pode ser interpretada como uma posição assertiva em defesa do interesse nacional chinês, assim como uma postura firme e intransigente de uma potência que só aceita ser tratada como tal. Ao reiterar o compromisso com o Desenvolvimento Pacífico, Xi questiona se as práticas do colonialismo e hegemonismo são viáveis nos dias de hoje. Sua resposta é um enfático “não”, e que o único caminho viável para a paz e a harmonia do mundo seriam o do Desenvolvimento Pacífico. Este, afirma, não seria um discurso provisório e nem uma retórica diplomática, e sim uma conclusão histórica baseada no passado, presente e futuro da China (XI, 2014, p. 322). Sob o comando de Xi, um aprofundamento na ação conjunta com a Rússia, com objetivo de bloquear das tentativas de intervenção dos EUA e seus aliados no mundo, são perceptíveis.

De 2013 a 2022, em oito ocasiões, houve vetos conjuntos entre os dois países. No total, desde 2007, em treze ocasiões houve vetos em conjunto. É notável a diversidade de regiões em que ocorreram: Myanmar, na Ásia, que faz fronteira com a China;

Zimbabwe, na África; Oriente Médio, especialmente na Síria; e Venezuela, na América do Sul. Assim, é possível perceber que a tentativa de bloquear o exercício da hegemonia dos EUA em atos de ingerência em assuntos internos de outros Estados começa a ser exercida com cada vez mais frequência. Para a China, que diz prezar pela estabilidade, estes bloqueios são condizentes com seu discurso, já que não só estariam de acordo com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, como evitariam situações de instabilidade causados pela intervenção externa providas das Nações Unidas. Ao se colocar em defesa da revitalização da nação chinesa, Xi, na realidade, lança um projeto para a China se colocar no centro de um Sistema Internacional em que seriam eles os líderes. Mais uma parte deste plano se dá quando a China se coloca em defesa de uma “economia mundial aberta (XI, 2014, p. 402–6)”, que não seria favorável apenas para si, mas também para o mundo todo. Os chineses conseguiram, desde as reformas e aberturas de Deng, alcançar uma posição de destaque na economia mundial, sendo lançadas à segunda posição das maiores economias do mundo, atraindo grande quantidade de investimentos estrangeiros. A política externa chinesa tornou-se cada vez mais assertiva sob o comando de Xi, e ficou conhecida como “Diplomacia do Lobo Guerreiro⁵¹”. E descreveriam a atitude mais ofensiva e assertiva – e até agressiva – tomada pelos seus

diplomatas em defesa de seu interesse nacional. Esta atitude poderia estar ligada à relutância do Ocidente em aceitar que a China estaria pronta para ocupar uma posição mais proeminente no mundo, mas estaria ligada também a uma determinada “má impressão”, que teria aumentado devido à pandemia de Covid-19 e sua eclosão na cidade de Wuhan (ZHU, 2020). O que a China percebe como resistência, ou relutância, em aceitar a ascensão chinesa pode ser percebida no teor do discurso de sua mídia. Em maio de 2021, por exemplo, o jornal *Global Times* publica uma passagem em que diz: “Os EUA e outros países ocidentais deveriam corrigir suas posições e entender que, na situação atual, a China não é uma ameaça, mas vem com ideias de desenvolvimento pacífico”.

Sua ascensão seria um fato inegável e inevitável, e os países que relutam – segundo esta passagem – em aceitá-la, deveriam repensar suas posições. As tensões e desconfianças aumentaram conforme a China foi ocupando maior espaço no Sistema, mas, diante do mundo, a China responde de maneira tipicamente sutil e serena. No ano de 2022, em meio ao boicote diplomático dos EUA que condenam as situações dos direitos humanos na China, em especial os abusos contra minorias étnicas, uma atleta de origem uigur acende a tocha olímpica.

Além disso, a China apostou em uma imagem de potência madura, que se coloca em favor e disposta a

liderar discussões acerca de temas como sustentabilidade, trabalhada desde os primórdios da Teoria da Ascensão Pacífica. Com uma Chama Olímpica menor que as tradicionais, mas no centro de um conjunto de flocos de neve que contêm os nomes de todos os países participantes, os chineses corroboram os mesmos simbolismos de integração e unidade apresentados em 2008. A construção de uma narrativa contínua nestes dois eventos pode ajudar a fomentar a credibilidade das aspirações chinesas para a construção de um Sistema Internacional pacífico e harmonioso.

Entretanto, com a escalada de tensões entre o Ocidente e a Rússia, do outro lado da Eurásia, os chineses se posicionam em favor dos russos em uma posição firme que contrasta com a cautela dos discursos e ações da China no campo da política externa. A imprensa internacional destaca “parceria sem limites” entre China e Rússia, que se reafirma em meio à crise na Ucrânia, com objetivo de conter a influência do Ocidente e, principalmente, dos EUA. A posição chinesa, em congruência com o princípio da não intervenção em assuntos internos de outros países, pode ser vista como uma forma de tentar dissuadir os EUA e aliados a apostarem em uma intervenção na Ucrânia. Esta é, no entanto, uma posição mais dura, e rara, quando se olha a ação chinesa em retrospectiva. A posição de que a China, ainda que se desenvolva, nunca será uma ameaça é constante. Tanto Zhou Enlai

(KISSINGER, 2011, p. 248) como Jiang Zemin (KISSINGER, 2011, p. 448– 9) já faziam afirmações com este teor no passado. Hu e Xi também fizeram questão de reafirmar seu compromisso com a paz e o Desenvolvimento Pacífico. No entanto, o crescimento e o acúmulo de poder por parte da China, os levaram a se deparar com outra realidade. A China é a segunda potência em um mundo ainda liderado pelos EUA, e isso, de uma perspectiva histórica, os colocaria em rota de colisão. Ao analisar a história europeia e mundial, fica claro que disputas envolvendo uma potência do status quo e uma potência ascendente – e com ideias revisionistas – ocorreram durante as duas Guerras Mundiais. Ainda que suas intenções sejam pacíficas, o crescimento chinês, em um Sistema liderado pelos EUA, irá, indubitavelmente, causar desconfianças por parte dos Estados Unidos. Assim como do lado chinês há o receio de que os Estados Unidos estejam despendendo sua força para tentar conter a China e seu desenvolvimento (KISSINGER, 2011, p. 506). É inegável que a política externa chinesa, e a Teoria da Ascensão Pacífica, passou por diversas transformações, como abordado neste trabalho. Mas ao analisar todo este movimento de uma perspectiva histórica, percebe-se que a política externa chinesa opera de acordo com os princípios prevalentes em sua civilização, respondendo de forma autônoma aos seus anseios. Por isso, há todo um trabalho para deslegitimar

a posição hegemônica dos Estados Unidos no mundo, bloqueando sua ação e tirando proveito dos resultados. Assim, percebe-se que a China pretende tornar o Sistema Internacional mais compatível com sua própria identidade, evocando princípios de sua filosofia clássica, e interpretações baseadas em sua própria experiência histórica.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. “Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century”. Nova York: Verso, 2007.

BROOMFIELD, Emma V.. “Perceptions of Danger: the China threat theory”. In: *Journal of Contemporary China*, Vol. 12, Nº35, 2003. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2022.

BUCKLEY, Chris; DAS, Andrew. “In a provocative choice, China picks an athlete with a Uyghur name to help light the cauldron”. Nova York: *The New York Times*, 2022. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2022.

BUZAN, Barry. “China in International Society: Is ‘Peaceful Rise’ Possible?”. In: *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 3, 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 jan. 2022.

CAPACCIO, Anthony. “First Taiwan Arms Sale in Biden Administration Is Approved”. Nova York: Bloomberg, 2021. Disponível em: . Acesso em: 11 nov. 2021.

CHEN, C. C.; COLAPINTO, C.; LUO, Qing. “The 2008 Beijing Olympics opening ceremony: visual insights into China’s soft power”. In: *Visual Studies*, Vol. 27, Nº2, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2022.

CHINA DAILY. “Party resolution reviews past and sets path for the future: China

Daily editorial”. Beijing: *China Daily*, 2021. Disponível em: . Acesso em 06 mar. 2022.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. “Full Opening Ceremony from Beijing 2008 | Throwback Thursday”. Beijing: CGTN, 2008. Publicado pelo canal “Olympics”. Disponível em: . Acesso em: 17 jan. 2022.

CONFÚCIO; LEGGE, James. “Book of Rites: Li Yun”. Durham: Chinese Text Project, 1885. Disponível em: . Acesso em: 28 dez. 2021.

DAI, Bingguo. “Adheretothe Path ofPeacefulDevelopment”. Beijing: Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China, 2010. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2022.

FERGUSON, Niall; SCHULARICK, Moritz. “The End of Chimerica”. Cambridge: Harvard Business School, 2009. Disponível em: . Acesso em: 14 fev. 2022.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. “World Economic Outlook (WEO) database, October 2021 edition”. Washington: 2021. Disponível em: . Acesso em: 07 nov. 2021.

- FUKUYAMA, Francis. "The End of History?". Washington: The National Interest Magazine, Nº 16, 1989. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2021.
- GERNET, Jacques. "A History of Chinese Civilization". 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GLASER, Bonnie; MEDEIROS, Evan. "The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of 'Peaceful Rise' ". In: The China Quarterly, Vol. 190, 2007. Disponível em: . Acesso em: 17 dez. 2021.
- KINDLEBERGER, Charles P.. "The World in Depression 1929–1939: Revised and Enlarged Edition" 1ª Edição. Berkeley: University of California Press, 1986.
- KISSINGER, Henry. "Diplomacia". 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. "Sobre a China". 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MACKINDER, Halford. "Democratic Ideals Reality". 1ª edição. Washington: NDU Press, 1962.
- MARTINA, Michael. "China says it respects Ukraine's sovereignty and Russia's security concerns". Washington: Reuters, 2022. Disponível em: . Acesso em: 28 fev. 2022.
- MATHER, Victor. "The Diplomatic Boycott of the Beijing Winter Olympics, Explained". Nova York: The New York Times, 2022. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2022.
- MEARSHEIMER, John. "China's Unpeaceful Rise". In: Current History, Vol. 105, Nº 690, 2006. Disponível em: . Acesso em: 05 mar. 2022.
- _____. "The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia". In: The Chinese Journal of International Politics, Vol. 3, 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 jan. 2022.
- _____. "The Inevitable Rivalry". In: Foreign Affairs, Vol. 100, Nº 6, 2021. Disponível em: . Acesso em: 06 mar. 2022.
- _____. "The Tragedy of Great Power Politics". 1ª Edição. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001.
- MEISSNER, Werner. "China's Search for Cultural and National Identity from the Nineteenth Century to the Present". In: China Perspectives, Vol. 68, 2006. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2021.
- MYERS, Steven L.; TROIANOVSKI, Anton. "Putin and Xi Proclaim Bond as Russia Deploys More Forces Near Ukraine". Nova York: The New York Times, 2022. Disponível em: . Acesso em 04 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. "A/RES/2758(XXVI)". Nova York: 1971. Disponível em: . Acesso em: 29 out. 2021.

_____. "World Population Prospects 2019". Nova York: 2019. Disponível em: . Acesso em: 14 dez. 2021.

_____. "Part 1: The United Nations. Section 1: Political and security questions. Chapter 8: Questions relating to Asia and the Far East" In: Year book of the United Nations 1971, Vol. 25. Nova York: Office of Public Informations, 1974. Disponível em: . Acesso em: 03 nov 2021.

_____. "Security Council - Veto List". Nova York: Dag Hammarskjöld Library, 2022. Disponível em: . Acesso em: 04 jan. 2022.

SPYKMAN, Nicholas. "The Geography of Peace". 1ª Edição. Nova York: Harcourt, Brace and Company Inc., 1944.

STARR, Bryan John. "Understanding China: A Guide to China's Economy, History, and Political Culture". 1ª edição. Nova York: Hill and Wang, 2001.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a Doutrina da Ascensão Pacífica, sua contribuição para o atual protagonismo da China, e também apontar as adaptações adotadas nos últimos anos, frutos do enorme e recente protagonismo chinês em todas as regiões do mundo. Para isso, serão abordadas inicialmente as primeiras reações internacionais, especialmente das grandes potências, ao crescimento chinês a partir das reformas estruturais dos anos 1970, e que resultaram na China em uma enorme apreensão em relação às eventuais investidas externas com o objetivo de neutralizar seu crescimento. Em seguida, será contextualizado o surgimento e a adoção da Ascensão Pacífica como resposta às reações internacionais e como doutrina norteadora da política externa para, finalmente, serem apontadas as adaptações recentes, resultado de um protagonismo internacional alcançado rapidamente e que aumentou a variedade e a complexidade de relações da China com o mundo.

Abstract

This paper aims to analyze the Doctrine of Peaceful Ascension, its contribution to the current role of China, and also to point out the adaptations adopted in recent years, as a result of the enormous and recent Chinese role in all regions of the world. For this, this work analyzes the first international reactions, especially from the great powers, to Chinese growth from the structural reforms of the 1970s, which resulted in China in a huge apprehension in relation to possible external attacks with the objective of neutralizing its growth, will be addressed initially. Then, the emergence and adoption of the Peaceful Ascension will be contextualized as a response to international reactions and as a guiding doctrine of foreign policy to, finally, be pointed out the recent adaptations, the result of an international protagonism and that increased the variety and complexity of China's relations with the world.